



PARECER DA ASSESSORIA JURÍDICA

PROCESSO DE TERMO DE ADESÃO ATA DE RP N. 004/2021

EMENTA: Adesão À Ata De Registro de Preços, oriundo do Pregão Eletrônico nº 014/2021 do Município de Paranã/TO, que visa a locação de um Caminhão Pipa com capacidade mínima de dez (10.000) litro de agua, tendo em vista atender as necessidades da secretaria municipal de Meio Ambiente, com vigência de 12 (doze) meses, para aderir a empresa. Legalidade.

I - Relatório:

Trata-se de questão submetida a esta Assessoria Jurídica pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente de São Valério, que solicita parecer sobre a possibilidade de adesão à ata de registro de preço de nº 004/2021, decorrente do pregão nº 014/2021, realizado pela Prefeitura Municipal de Paranã/TO, cujo objeto é a **Contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços de locação de veículos e máquinas**, tendo em vista atender as necessidades da secretaria municipal de Meio Ambiente.

Em sua justificativa, caracteriza o objeto proposto, apresenta uma tabela de quantitativo e preço dos itens da ata que pretende aderir, afirmando que foram feitas pesquisas de preços para locação de um Caminhão Pipa com capacidade mínima de dez (10.000) litro de agua, tendo em vista atender as necessidades da secretaria municipal de Meio Ambiente e os valores coletados encontram-se acima do valor registrado na ata de registro de preço nº 004/2021, razão pela qual entende ser mais vantajoso para a Administração Pública aderir a ata.

Consta, ainda, dos autos o pedido de verificação de adequação orçamentária e de existência de saldo financeiro. Em manifestação o setor de contabilidade informa da existência de dotação orçamentária suficiente para suportar as despesas pela aquisição dos bens. Diante de tal informação, o ordenador de despesas da Secretaria Municipal de Meio Ambiente, através da Prefeitura Municipal de São Valério/TO, autorizou a despesas e determinou a as tratativas para adesão da ata de registro de preço.

Consta, ainda, manifestação da empresa **MARCELO RIBEIRO DA ROCHA EIRELI**, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ/MF sob o nº 35.238.340/0001 - 30, com sede na Rua Adelmo Aires Negri, 2059, Qd. 114, Lt. 16 - Centro, CEP: 77.405-080, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada pelo Senhor HUMBERTO ALVES REIS, portador do RG. 135.228 2º VIA SSP/TO e inscrito no CPF nº: 020.246.041-02, concordando em fornecer o veículo e autorização do órgão gerenciador, no caso, a Prefeitura Municipal de São Valério.

Eis o breve relatório.



II - Objeto de análise:

De início, cumpre registrar que o exame realizado neste parecer se restringe aos aspectos jurídicos acerca da possibilidade ou não de se efetuar a adesão da ata de registro de preços pretendida, estando excluídos quaisquer pontos de caráter técnico, econômico e/ou discricionário, cuja avaliação não compete a esta Assessoria.

Ressalte-se, ainda, que a análise em comento toma por base os documentos constantes dos autos concernentes ao processo licitatório cuja ata se pretende aderir, haja vista a presunção de veracidade e legitimidade das informações e documentos da administração pública.

Esse esclarecimento é necessário porque o parecer jurídico, conforme orientação da melhor doutrina e da jurisprudência, é ato de natureza meramente opinativa não vinculante, cabendo ao gestor tomar a decisão que lhe parecer mais oportuna e conveniente.

III- Análise Jurídica

A premissa elementar adotada pelo ordenamento jurídico pátrio, no que concerne a contratação pela Administração Pública, é de que todas as aquisições de bens ou contratação de serviços com terceiros levadas a efeito pelo ente Público, serão necessariamente precedidas de licitação, de modo a identificar e escolher a proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

Dessa feita, a licitação, por força de dispositivos constitucionais (XXI, art. 37, CF/88) e infraconstitucional (art. 2º da Lei nº 8.666/93), é regra para a Administração Pública que, ao necessitar adquirir produtos ou executar algum tipo de serviço, deve abrir um processo de licitação para escolher seus fornecedores ou prestadores de serviços, devendo fazer, sempre, a opção pela proposta mais vantajosa ao atendimento do interesse público diretamente envolvido, colocando em condições de igualdade as empresas que do certame queiram participar.

A modalidade de licitação escolhida foi o pregão (Lei nº 10.520/02), para fins de Registro de Preços, conforme previsto no art. 15, II da Lei nº 8.666/93, regulamentado pelo Decreto Federal nº 7.892/2013.

O Sistema de Registro de Preço – SRP, consiste em um procedimento auxiliar previsto no dispositivo legal antes mencionado e tem por objetivo facilitar a atuação da Administração Pública nas contratações ou aquisições de bens de forma gradual ou parcelada, conservando as condições de igualdade de oportunidade daqueles que do certame queiram participar.

De outro modo, pode se dizer que o SRP é o conjunto de procedimento para registro formal de preços relativos à prestação de serviços e aquisição de bens, para contratações futuras. Após efetuar os procedimentos do SRP, é assinada uma Ata de Registro de Preço – ARP, que concerne em um documento de compromisso para contratação futura, em que se registram os preços, fornecedores, órgãos participantes e condições a serem praticadas.

Assim, tem se como razoável sustentar que o sistema registro de preços não é um instituto próprio da contratação, mas sim uma técnica empregada no planejamento com a finalidade de proporcionar uma relação contratual mais eficiente para a Administração, considerando que a licitação em que se utiliza a técnica do registro de preços é exatamente igual às demais



modalidades, diferenciando-se apenas na forma de aquisição ou da prestação dos serviços que fica condicionada pela efetiva demanda.

Com o propósito de regulamentar o § 3º do artigo 15 da Lei 8.666/93, foi editado o Decreto nº 3.931/01, revogado posteriormente pelo Decreto nº. 7.892, de 23 de janeiro de 2013, regulamentou o Sistema de Registro de Preços, e instituiu a possibilidade de ser aproveitada a proposta mais vantajosa de uma licitação realizada por outros órgãos e/ou entidades.

Tal procedimento difundiu-se, na doutrina jurídica, sob a denominação de "carona" que pode ser traduzido em linguagem coloquial como uma ideia de aproveitar o percurso que alguém está desenvolvendo para concluir o próprio trajeto, com redução de tempo e de custos, evitando-se o dispendioso e demorado processo de licitação, propiciando maior eficiência na prestação dos serviços públicos.

Desse modo, considerando-se o princípio constitucional da economicidade e da eficiência, entende-se que é juridicamente possível e mesmo aconselhável, com as devidas cautelas, aproveitar uma proposta mais vantajosa conquistada por outro ente da Federação, como no caso indicado e justificado.

Cumpramos observar que o Decreto de nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, prevê a possibilidade de que uma Ata de Registro de Preços seja utilizada por outros entes, maximizando o esforço das unidades administrativas que implantaram o Sistema de Registro de Preços, então vejamos o que prescreve o art. 22 do referido Decreto:

Art. 22. Desde que devidamente justificada a vantagem, a ata de registro de preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não tenha participado do certame licitatório, mediante anuência do órgão gerenciador.

§ 1º Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da ata de registro de preços, deverão consultar o órgão gerenciador da ata para manifestação sobre a possibilidade de adesão.

Como se vê, é possível a aquisição de produtos ou prestação de serviços por meio de adesão a ata de registro de preço decorrente de licitação realizada por outro ente público, sendo necessário apenas a anuência do órgão gerenciador.

Cumpramos destacar que os fundamentos de lógica que sustentam a validade do Sistema de Registro de Preços e conseqüentemente o sistema de adesão a ata de registro de preços, comumente denominado de "carona", segundo ensinamento de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, consistem na desnecessidade de repetição de um processo oneroso, lento e desgastante quando já se tem registro de uma proposta mais vantajosa para a aquisição de bens ou prestação de serviços de que se necessita.

Além disso, quando o carona adere uma determinada Ata de Registro de Preços, em vigor, normalmente já tem do órgão gerenciador – órgão que realizou a licitação para o Sistema



de Registro de Preços – informações adequadas sobre o desempenho do contratado na execução do ajuste, reduzindo o risco de uma prestação de serviços deficiente ou inadequada.

Na presente situação, observa-se que a Prefeitura Municipal de São Valério consulta a possibilidade de adesão a ata de registro de preço de nº 004/2021 e manifesta interesse na locação de um Caminhão Pipa com capacidade mínima de dez (10.000) litro de água, tendo em vista atender as necessidades da secretaria municipal de Meio Ambiente.

Em resposta ao ofício, o Município de Paranã/TO, encaminha sua autorização/concordância, manifestando, ao final, pela concordância com a adesão da ata pretendida.

Deste modo, observa que os procedimentos legais foram adequadamente adotados, nada impede a adesão da ata de registro de preço em questão.

IV- Conclusão

Diante do exposto, entende-se como adequado os procedimentos administrativos adotados para a adesão da ata de registro de preço de nº 004/2021, decorrente de licitação na modalidade Pregão Eletrônico SRP nº 014/2021, realizada pela Prefeitura Municipal de Paranã/TO, pois, condizente com os preceitos legais estabelecidos pelo disposto art. 15, § 3º da Lei nº 8.666/93, e Decreto nº 7.892, de 23 de janeiro de 2013, desse modo esta Assessoria manifesta pela **possibilidade jurídica de adesão da ata**, deixando registrado a avaliação da conveniência e oportunidade é de competência exclusiva da gestora municipal, que deve ponderar sobre a vantajosidade ou não da pretendida adesão.

É o parecer.

10 dias do mês de setembro de 2021.

Diogo Sousa Naves – Adv
OAB-MG 110.977
Assessor Jurídico